

**PROJETO DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
2021-2023**



**ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA
FACULDADE EVANGÉLICA DE CERES**

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2021-2023**

**Documento elaborado pela
Comissão Própria de Avaliação**

**CERES
2021**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2 A FACULDADE EVANGÉLICA DE CERES..... | 4 |
| 2.1 Estrutura Administrativa..... | 4 |
| 2.1 Indicadores Institucionais | 5 |
| 3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO SINAES..... | 5 |
| 3.1 A Avaliação das Instituições de Ensino Superior..... | 7 |
| 3.2 A Auto avaliação Institucional na Faculdade Evangélica de Ceres | 7 |
| 4 OBJETIVOS..... | 8 |
| 4.1 Objetivo Geral | 8 |
| 4.2 Objetivos Específicos | 8 |
| 5 PRINCÍPIOS DA CPA..... | 9 |
| 6 COMPOSIÇÃO DA CPA | 14 |
| 6.1 Estrutura da CPA – Membros..... | 14 |
| 6.2 Estrutura da CPA – Funções..... | 15 |
| 6.3 Subcomissão Interna de Avaliação e Subcomissão de Especialistas de Avaliação. | 15 |
| 6.3.1 Objetivo Geral da S.I.A | 16 |
| 6.3.2 Objetivos Específicos da S.I.A | 16 |
| 6.4 Subcomissão de Especialistas em Avaliação - SEA..... | 16 |
| 6.4.1 Responsabilidades da SEA | 17 |
| 7 EIXOS NORTEADORES | 17 |
| 8 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 23 |
| 8.1 Especificações das etapas do processo de avaliação institucional | 24 |
| 9 COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS | 27 |
| 10 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 27 |
| 10 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO | 29 |
| 11 AVALIAÇÃO DO PROCESSO | 30 |

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) apresenta à comunidade acadêmica o Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Evangélica de Ceres. Contempla os períodos de 2021 a 2023 e busca atender às demandas institucionais como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhorias na IES. A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Evangélica de Ceres se fundamenta legalmente nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, art. 11 - SINAES - para o desenvolvimento da sua autoavaliação. A CPA tem por finalidade proceder a avaliação interna da Instituição considerando seu perfil e significado social de sua atuação, conforme as diferentes dimensões definidas pelas diretrizes oficiais de avaliação da Educação Superior.

O Projeto de Avaliação Institucional apresentado demonstra a busca da Faculdade Evangélica de Ceres em ampliar e melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade, aprimorando a formação de seus acadêmicos e, assim, contribuindo para o desenvolvimento regional, nacional e mundial. Este projeto objetiva apresentar o plano de trabalho, explicitar o cronograma das ações avaliativas a serem realizadas no período de 2021 a 2023, bem como, as dimensões que serão avaliadas a cada ano e seus respectivos eixos fundamentais, tendo como diretriz norteadora os indicadores do Instrumento de Avaliação de Curso, a Avaliação Institucional e o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Evangélica de Ceres é fruto de discussões realizadas em encontros de formação pedagógica com a presença dos membros da CPA já constituída na Faculdade Evangélica de Ceres, professores membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), representantes discentes, representantes do corpo técnico administrativo, da mantenedora e diretores e Membros das Subcomissões Internas presentes em cada curso.

2 A FACULDADE EVANGÉLICA DE CERES

2.1 Estrutura Administrativa

Faculdade Evangélica de Ceres

| | |
|-------------------------------|---|
| <i>Diretora Geral</i> | Prof ^ª . Ma. Monalisa Salgado Bittar |
| <i>Coordenador Pedagógico</i> | Prof.º Esp. Murilo Marques Costa |
| <i>Secretária Geral</i> | Aline Martins Souza Andrade |
| <i>Presidente da CPA</i> | Prof ^ª . Dra. Suelen Marçal Nogueira |

Coordenadores de Curso

| | |
|---------------------------------|--|
| <i>Administração</i> | Prof.º Esp. Leonardo Vieira Martins |
| <i>Biomedicina</i> | Prof ^ª . Dra. Poliana Lucena Nunes |
| <i>Educação Física</i> | Prof.º Me. Francisco Ronaldo Caliman Filho |
| <i>Enfermagem</i> | Prof ^ª . Esp. Heloiza Dias Lopes Lago |
| <i>Farmácia</i> | Prof.º. Me. Luciano Ribeiro da Silva |
| <i>Fisioterapia</i> | Prof ^ª . Dra. Suelen Marçal Nogueira |
| <i>CST Estética e Cosmética</i> | Prof ^ª . Ma. Renata Sousa Nunes |
| <i>CST Radiologia</i> | Prof ^ª . Ma. Doraci Maria dos Santos Trindade |

Comissão Própria de Avaliação

| | |
|--|--|
| <i>Presidente CPA</i> | Prof ^ª . Dra. Suelen Marçal Nogueira |
| <i>Vice Presidente CPA</i> | Prof.º Esp. Walter Junior Jovêncio de Faria |
| <i>Assessor Executiv</i> | Prof.º Esp. Murilo Marques Costa |
| <i>Membro - Docente</i> | Prof ^ª . Ma. Renata Sousa Nunes |
| <i>Membro - Docente</i> | Prof ^ª . Ma. Doraci Maria dos Santos Trindade |
| <i>Membro - Técnico Administrativo</i> | Aline Martins Souza Andrade |
| <i>Membro - Técnico Administrativo</i> | Ana Letícia da Silva |
| <i>Membro - Comunidade Externa</i> | Lúcia de Hor |
| <i>Membro - Comunidade Externa</i> | Luciano do Valle |
| <i>Membro - Discente</i> | Isadora Vieira Alves |
| <i>Membro - Discente</i> | Matheus Meireles Salatiel Pinto |

2.1 Indicadores Institucionais

A seguir, são apresentadas duas tabelas nas quais estão listados alguns indicadores institucionais da Faculdade Evangélica de Ceres: indicadores educacionais e indicadores de qualidade, de forma a ilustrar a configuração desta instituição quanto à sua estrutura funcional e acadêmica.

Tabela 1 - Cursos de graduação presencial e respectivos conceitos e vagas

| Curso | Grau | CPC | CC (In Loco) | Vagas e-MEC |
|--|-------------|----------|--------------|-------------|
| Administração | Bacharelado | 4 (2018) | 4 (2011) | 80 |
| Biomedicina | Bacharelado | 3 (2019) | 4 (2018) | 100 |
| Educação Física | Bacharelado | SC | 4 (2018) | 100 |
| Enfermagem | Bacharelado | 3 (2016) | 3 (2011) | 100 |
| Farmácia | Bacharelado | 4 (2019) | 3 (2011) | 100 |
| Fisioterapia | Bacharelado | 4 (2019) | 4 (2018) | 100 |
| Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética | Tecnológico | 3 (2019) | 3 (2015) | 60 |
| Curso Superior de Tecnologia em Radiologia | Tecnológico | 3 (2019) | 4 (2018) | 100 |

Fonte: e-MEC (2021).

Nota: Cursos “S/C” não foram avaliados pelos processos previstos no SINAES, refere-se a “sem conceito”.

3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO SINAES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe importantes transformações para a estruturação da educação nacional, com ênfase nos processos de avaliação, visando à melhoria da qualidade do ensino. A avaliação da educação superior assumiu lugar especial entre as políticas educacionais, seja para a orientação de suas diretrizes mais amplas, seja para as ações concretas dos órgãos competentes do Ministério da Educação (MEC).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se em princípios e objetivos voltados aos interesses sociais da educação superior. O SINAES tem como principal meta promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento de seus compromissos e responsabilidades sociais. Sua operacionalização deve envolver a comunidade educativa e os membros da administração central do País, por meio da articulação e coerência de diversos instrumentos avaliativos e de agentes internos e externos.

O SINAES busca assegurar a integração das dimensões interna e externa, particular e global, somativa e formativa, quantitativa e qualitativa, com os diversos objetos e objetivos da avaliação. A perspectiva do SINAES é a ideia de integração, de articulação e de participação de todos os agentes da comunidade de ensino superior, das instâncias institucionais, governamentais e membros concernidos da sociedade.

O SINAES é formado por três componentes principais:

- **Avaliação das Instituições de Educação Superior**, desenvolvido em duas etapas principais: Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.
- **Avaliação dos Cursos de Graduação** – avaliação dos cursos de graduação, por meio de visitas *in loco* de comissões externas.
- **Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)** – avaliação que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O SINAES preconiza a avaliação como instrumento de política educacional, cujos resultados permitem ao governo estabelecer mecanismos reguladores do sistema educativo, e, às instituições, criar estratégias de gestão, com vistas ao aperfeiçoamento permanente do projeto institucional, sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia. Esse aperfeiçoamento envolve não só a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, mas a relevância de seu significado quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos. Neste sentido, a avaliação é revestida de caráter ético, tanto em relação às exigências normativas do sistema, quanto pelo caráter da educação como bem público, que deve ser legitimado pela avaliação dos gestores, da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

3.1 A Avaliação das Instituições de Ensino Superior

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e busca o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo. É pressuposto para este aperfeiçoamento, a participação efetiva da comunidade interna, com a representação de seus diferentes setores, com a contribuição de atores externos ao entorno institucional. Assim, a Instituição constrói uma cultura de avaliação que possibilita permanente tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

A avaliação interna, ou autoavaliação, tem como principais objetivos produzir conhecimentos acerca da adequação dos processos de gestão institucional, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à Instituição, além de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Faculdade Evangélica de Ceres, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da Instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhorias ou mesmo de providências a serem tomadas, seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

3.2 A Auto avaliação Institucional na Faculdade Evangélica de Ceres

O programa de Avaliação Institucional da Faculdade Evangélica de Ceres caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica da realidade da Instituição com a participação dos diferentes cursos e setores. Por meio de uma avaliação emancipatória e diagnóstica, o programa contempla as 10 dimensões do SINAES.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Promover a auto avaliação institucional a fim de identificar as potencialidades, as fragilidades e proposição de melhorias.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Propor a avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de auto avaliação;
- b) Estabelecer diretrizes e indicadores para a organização dos processos internos e auto avaliação;
- c) Analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à direção superior;
- d) Acompanhar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- e) Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação;
- f) Formular propostas para melhoria da qualidade do ensino;
- g) Avaliar o desempenho dos estudantes no ENADE;
- h) Envolver a comunidade acadêmica em um processo de reflexão e desconhecimento de sua realidade, sensibilizando-a para o processo de mudança;
- i) Disseminar as propostas de melhorias advindas do processo a toda a comunidade acadêmica, aos órgãos oficiais e à sociedade organizada em geral, para a efetiva realização das ações de melhorias;
- j) Acompanhar permanentemente as ações de melhorias;
- k) Desenvolver mecanismos para a meta-avaliação;
- l) Coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da auto avaliação;
- m) Produzir conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços desenvolvidos;
- n) Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;
- o) Identificar os acertos da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e deficiências;
- p) Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- q) Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- r) Tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;

- s) Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- t) Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

5 PRINCÍPIOS DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação instituída na Faculdade Evangélica de Ceres atuará com autonomia em relação aos demais órgãos colegiados da Faculdade conforme prevê o art. 7º, §1º, da Portaria MEC nº. 2.051/2004 e em conjunto com as direções, apoio psicopedagógico da IES. Sua atuação da CPA será norteadada pelos seguintes princípios previstos:

- I. O respeito à identidade, à missão e à história da Instituição: a avaliação deve garantir que a instituição seja respeitada dentro do cenário, levando em consideração seus valores, princípios, tradição e relevância local e nacional;
- II. A responsabilidade social com a qualidade da educação superior: a avaliação deve dar suporte para que a Instituição possa ser modificadora da realidade social, trabalhando para formar pessoas comprometidas com o desenvolvimento sustentável da sociedade;
- III. A globalidade institucional: a avaliação deve utilizar um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica e sistêmica que permitam construir uma visão global da Instituição;
- IV. O reconhecimento da diversidade: a avaliação deve considerar e respeitar as especificidades das unidades avaliadas, sem perder de vista a integração institucional;
- V. A continuidade do processo: avaliação deve ser um processo constante, para permitir a sua incorporação no cotidiano da Instituição, favorecendo o fortalecimento de uma cultura avaliativa que alimente dos processos de tomada de decisão;
- VI. A construção coletiva: a avaliação deve permitir a participação de toda a comunidade acadêmica na construção do processo avaliativo, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade, cooperação e legitimidade;
- VII. A visibilidade do processo: todas as etapas do processo avaliativo devem ser amplamente divulgadas e acordadas com os atores envolvidos;
- VIII. A credibilidade: a avaliação deve ser transparente e geradora de resultados, conduzida de modo que a comunidade acadêmica acredite nos resultados e perceba as ações advindas do processo avaliativo;

- IX. O caráter pedagógico: a Instituição deve aprender com a avaliação, deve usar avaliativo para construir sua melhoria, no intuito de assumir sua posição almejada pela missão e visão;
- X. A construção da autonomia acadêmica e administrativa: a avaliação deve apontar subsídios para viabilizar a construção da autonomia acadêmica e administrativa.

A avaliação Institucional na Faculdade Evangélica de Ceres atende às prerrogativas da Lei do SINAES (lei 10.861/04), considerando as 10 dimensões citadas anteriormente, as quais serão avaliadas em ciclo trienal. O Projeto de Avaliação Institucional define as ações de avaliação e os setores responsáveis por cada item. O Projeto de Avaliação Institucional é elaborado com a participação coletiva e as ações de avaliação buscam a maior transparência possível a fim de proceder com um diagnóstico que possa servir de orientação para as ações de melhorias dos cursos e setores.

Conforme Art. 3º do Regulamento da CPA da Faculdade Evangélica de Ceres tem por finalidade elaborar e desenvolver junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores da Faculdade, uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos internos da avaliação da Faculdade Evangélica de Ceres de acordo com o projeto aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a partir de suas atribuições, as quais são:

- a) Acompanhar e avaliar permanentemente o Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções de rumo.
- b) Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação.
- c) Formular propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pela Faculdade Evangélica de Ceres, com base em análises e recomendações produzidas nos processos internos de autoavaliação.
- d) Divulgar os resultados da autoavaliação desenvolvidos à comunidade interna e externa.
- e) Acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação da Faculdade Evangélica de Ceres, realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos /estudantes – ENADE.
- f) Realizar estudos sistemáticos sobre o Desempenho dos estudantes dos cursos de graduação participantes do ENADE, colocando-os em confronto com o desempenho demonstrado pelos mesmos no processo regular de avaliação da aprendizagem.

- g) Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de autoavaliação, bem como, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às direções da IES.
- h) Propor a avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de autoavaliação institucional de cursos e de desempenho dos discentes.

São acompanhados de forma avaliativa pela CPA, periodicamente:

✓ **Missão e PDI**

- Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, iniciação científica, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

✓ **Ensino, Iniciação científica e Extensão.**

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- Estimulação da formação de futuros pesquisadores, por meio da iniciação científica e de profissionais para o magistério superior;
- Relevância social e científica dos trabalhos acadêmicos em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas,

patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de iniciação científica, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;

- Vínculos e contribuição da iniciação científica para o desenvolvimento local e regional;
- Políticas e práticas institucionais de iniciação científica para a formação de futuros pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisas;
- Articulação da iniciação científica com as demais funções acadêmicas;
- Critérios para o desenvolvimento da iniciação científica e participação dos envolvidos em eventos acadêmicos, visando a publicação e divulgação dos trabalhos;
- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a iniciação científica e com as necessidades e demandas do entorno social;
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

✓ **Responsabilidade Social**

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

✓ **A Comunicação com a Sociedade**

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

✓ **Políticas de Pessoal**

- Planos de carreira para docentes e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão;
- Programas de qualificação/capacitação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos;

- Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
- ✓ **Organização e Gestão**
 - Existência de plano de gestão ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
 - Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
 - Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
 - Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
 - Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
 - Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).
- ✓ **Infraestrutura Física e Acadêmica**
 - Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros serviços da infraestrutura acadêmica) às funções de ensino, iniciação científica (como forma de estimular para o futuro a pesquisa), extensão e gestão;
 - Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
 - Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.
- ✓ **Planejamento e Avaliação**
 - Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
 - Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas e a importância dos *feedbacks*.
- ✓ **Políticas de Atendimento aos Estudantes**
 - Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
 - Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;

- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
 - Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.
- ✓ **Sustentabilidade Financeira**
- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos; Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, iniciação científica e extensão.

6 COMPOSIÇÃO DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação será composta por uma Comissão Central, integrada por representantes de todos os segmentos institucionais e por representantes da sociedade civil, que terá como função dirigir os trabalhos de Autoavaliação da unidade.

6.1 Estrutura da CPA – Membros

Comissão Própria de Avaliação

| | |
|--|--|
| <i>Presidente CPA</i> | Prof ^ª . Dra. Suelen Marçal Nogueira |
| <i>Vice Presidente CPA</i> | Prof.º Esp. Walter Junior Jovêncio de Faria |
| <i>Assessor Executiv</i> | Prof.º Esp. Murilo Marques Costa |
| <i>Membro - Docente</i> | Prof ^ª . Ma. Renata Sousa Nunes |
| <i>Membro - Docente</i> | Prof ^ª . Ma. Doraci Maria dos Santos Trindade |
| <i>Membro - Técnico Administrativo</i> | Aline Martins Souza Andrade |
| <i>Membro - Técnico Administrativo</i> | Ana Letícia da Silva |
| <i>Membro - Comunidade Externa</i> | Lúcia de Hor |
| <i>Membro - Comunidade Externa</i> | Luciano do Valle |
| <i>Membro - Discente</i> | Isadora Vieira Alves |
| <i>Membro - Discente</i> | Matheus Meireles Salatiel Pinto |

6.2 Estrutura da CPA – Funções

| | |
|--------------------------------------|---|
| Presidente | Docente do curso. Coordena todas as atividades desenvolvidas pela CPA. |
| Vice-Presidente | Docente do curso. Auxilia a presidência na coordenação das atividades referentes à CPA. |
| Assessor Executivo | Assessoria à CPA. |
| Representante da Mantenedora | Representa a mantenedora nos processos de auto avaliação. |
| Secretaria | Técnico-Administrativo. Realiza Atas e atividades administrativas da CPA. |
| Representante docente | Docente do Curso. Representa os docentes no processo de autoavaliação. |
| Representante discente | Discente do Curso. Representa os discentes no processo de autoavaliação. |
| Representante técnico-administrativo | Técnico- Administrativo. Representa o corpo técnico administrativo no processo de avaliação. |
| Representante da Sociedade Civil | Representa a sociedade civil. Estabelece a Comunicação da sociedade com a Faculdade. |

6.3 Subcomissão Interna de Avaliação e Subcomissão de Especialistas de Avaliação.

Além da CPA, a IES terá em cada curso a Subcomissão Interna de Avaliação - SIA e a Subcomissão de Especialistas de Avaliação - SEA. A SIA é uma subcomissão que tem por finalidade promover a autoavaliação de cada curso, sob orientação da CPA. Sua composição e as respectivas atribuições são a seguinte:

| | |
|--|---|
| Presidente – coordenador do Curso | Coordenador do curso. Coordena o planejamento, controla o cumprimento do cronograma, orienta as atividades de autoavaliação do curso, distribuindo as tarefas. Analisa os relatórios e os encaminha a Comissão Própria de Avaliação conforme cronograma previsto. |
| Vice-Presidente – Representante do NDE | Representante do NDE, responsável pela execução das atividades de autoavaliação planejadas em seu curso. Responsável pelas atividades relativas ao ENADE. |
| Representante Discente | Elemento de comunicação e contato com os representantes das turmas. |

| | |
|--------------------------------------|--|
| Representante técnico-administrativo | Atua nas funções de registro como secretário da Subcomissão. |
|--------------------------------------|--|

6.3.1 Objetivo Geral da S.I.A

Realizar a autoavaliação do curso a fim de identificar as potencialidades, as fragilidades e proposição de melhorias do curso na busca da qualidade contínua para atendimento à missão institucional.

6.3.2 Objetivos Específicos da S.I.A

1. Acompanhar e avaliar o Plano Pedagógico do Curso em suas diferentes dimensões conforme as orientações da CPA.
2. Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos em seu curso.
3. Avaliar as fragilidades e potencialidades do curso.
4. Formular propostas para melhoria da qualidade do ensino do curso.
5. Analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à CPA.
6. Acompanhar permanentemente as ações de melhorias no curso.
7. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.
8. Envolver a comunidade acadêmica em um processo de reflexão e de conhecimento de sua realidade, sensibilizando-a para o processo de mudança.
9. Tornar mais efetiva a vinculação curso com a comunidade.
10. Propor a avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de autoavaliação do curso.
11. Realizar Meta-avaliação.

6.4 Subcomissão de Especialistas em Avaliação - SEA

A Subcomissão de Especialistas em Avaliação – SEA é o órgão de apoio à CPA, e tem por finalidade avaliar o desenvolvimento das atividades de ensino na graduação e pós-graduação, de pesquisa, extensão e gestão, no contexto institucional que antecede as avaliações externas. A SEA será constituída para atuar, como órgão de apoio à CPA e aos diretores das unidades, especificamente nos momentos em que se fizerem necessárias as simulações das avaliações externas, tendo em vista os processos de regulação e de melhoria do perfil acadêmicos. Sua composição e as respectivas atribuições são:

| | |
|-----------------------|--|
| Coordenador da SEA | Representante da CPA, indicado pelo presidente. |
| Representante Docente | Professor integrante do quadro do curso ou unidade a ser avaliado. |

6.4.1 Responsabilidades da SEA

Os membros designados para integrarem a SEA têm como responsabilidades:

- Simular a avaliação da unidade ou do curso sujeito ao processo de avaliação externa, utilizando os instrumentos oficiais do MEC/INEP.
- Elaborar relatório e encaminhar a Direção da unidade, com as propostas de melhorias.
- Apoiar todo o processo de preparativos para a recepção das comissões externas.

A SEA tem por finalidade avaliar o desenvolvimento das atividades de ensino na graduação, de pesquisa, extensão e gestão, no contexto institucional que antecede as avaliações externas. Será constituída para atuar como órgão de apoio à CPA e aos diretores das Unidades, especificamente nos momentos em que se fizerem necessárias as simulações das avaliações externas, tendo em vista os processos de regulação e de melhoria do perfil acadêmicos.

7 EIXOS NORTEADORES

Este projeto tem como bases as 10 dimensões do SINAES, agrupadas em cinco eixos pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa do MEC por meio da nota técnica INEP/DAES/CONAES N° 065 de 2014.

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

Eixo 4 – Políticas de Gestão.

Eixo 5 – Infraestrutura Física.

| EIXO | DIMENSÃO | INDICADORES |
|------|------------------------------------|--|
| 1 | Dimensão 8 – Planejamento e | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. |

| | | |
|--|---|--|
| | avaliação | <p>Processo de autoavaliação institucional como instrumento de gestão e ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.</p> <p>Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.</p> <p>Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.</p> <p>Elaboração do relatório de autoavaliação (resultados, análises, reflexões e proposições para subsidiar planejamento e ações).</p> |
| EIXO | DIMENSÃO | INDICADORES |
| 2 | Dimensão 1 – Missão e PDI | Missão institucional, metas e objetivos do PDI: articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional. |
| | | Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, extensão, pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. |
| | Dimensão 3 – Responsabilidade social da Instituição | Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. |
| | | Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. |
| | | Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social. |
| | | Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. |
| Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização. | | |
| EIXO | DIMENSÃO | INDICADORES |
| 3 | Dimensão 2 – Políticas para: Ensino; Pesquisa; Extensão e Pós-Graduação. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação, considerando os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previstos no PDI) e programas de monitoria. |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> considerando sua articulação com a graduação.</p> |
| | | <p>Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> considerando os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.</p> |
| | | <p>Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.</p> |
| | | <p>Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para a extensão considerando os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.</p> |
| | | <p>Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural, considerando os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.</p> |
| | <p>Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade</p> | <p>Comunicação da IES com a comunidade externa, considerando os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.</p> |
| | | <p>Comunicação da IES com a comunidade interna, considerando os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.</p> |

| | Dimensão 4 - Políticas de Atendimento aos Discentes | Programa de atendimento aos estudantes, considerando a existência e funcionamento de apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria, inclusive aos estrangeiros, quando for o caso. |
|-------------|--|---|
| | | Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente, considerando os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística). |
| | | Política e ações de acompanhamento de egressos. |
| | | Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico, considerando os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor. |
| | | Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. |
| EIXO | DIMENSÃO | INDICADORES |
| 4 | Dimensão 5 – Política de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo. | Política de formação e capacitação docente considerando o incentivo à: participação em eventos científicos/ técnicos/ culturais: capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes. |
| | | Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo considerando o incentivo/auxílio para formação continuada. |
| | Dimensão 6 – Organização e gestão da IES | Gestão institucional, considerando os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões. |
| | | Sistema de registro acadêmico, considerando os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados. |

| | Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira | Sustentabilidade financeira, considerando o atendimento das fontes de recursos executadas ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI. |
|-------------|--|---|
| | | Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional (ensino, pesquisa e extensão) em conformidade com o PDI. |
| | | Coerência entre o plano de carreira protocolado/implantado e a gestão do corpo técnico-administrativo. |
| EIXO | DIMENSÃO | INDICADORES |
| 5 | Dimensão 7 – Infraestrutura | Instalações administrativas, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. |
| | | Salas de aula, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. |
| | | Auditórios, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. |
| | | Salas de professores, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática. |
| | | Espaços para atendimento aos alunos, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. |
| | | Infraestrutura para CPA, considerando o atendimento às necessidades institucionais. |
| | | Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral – TI, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. |

| | |
|--|--|
| | <p>Biblioteca –infraestrutura física, considerando os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.</p> |
| | <p>Biblioteca: serviços e informatização, considerando os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.</p> |
| | <p>Biblioteca: plano de atualização do acervo, considerando os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.</p> |
| | <p>Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente, considerando os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.</p> |
| | <p>Recursos de tecnologias de informação e comunicação, considerando o atendimento às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.</p> |
| | <p>Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, considerando os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.</p> |
| | <p>Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços, considerando os aspectos: serviços e normas de segurança.</p> |
| | <p>Espaços de convivência e de alimentação, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.</p> |

A CPA tem como meta avaliar anualmente todos os 5 eixos no ciclo avaliativo de 2021 a 2023.

8 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O presente projeto foi formulado considerando 05 etapas estruturantes:

- Elaboração do projeto de Avaliação Institucional - Etapa 1;
- Elaboração do plano de avaliação institucional e por curso/setor - Etapa 2;
- Execução da proposta - Etapa 3;
- Encaminhamento de propostas de melhoria, acompanhamento das ações e divulgação dos resultados - Etapa 4;
- Realização de meta-avaliação - Etapa 5.

A ordem de realização das etapas está evidenciada na figura 1 a seguir:

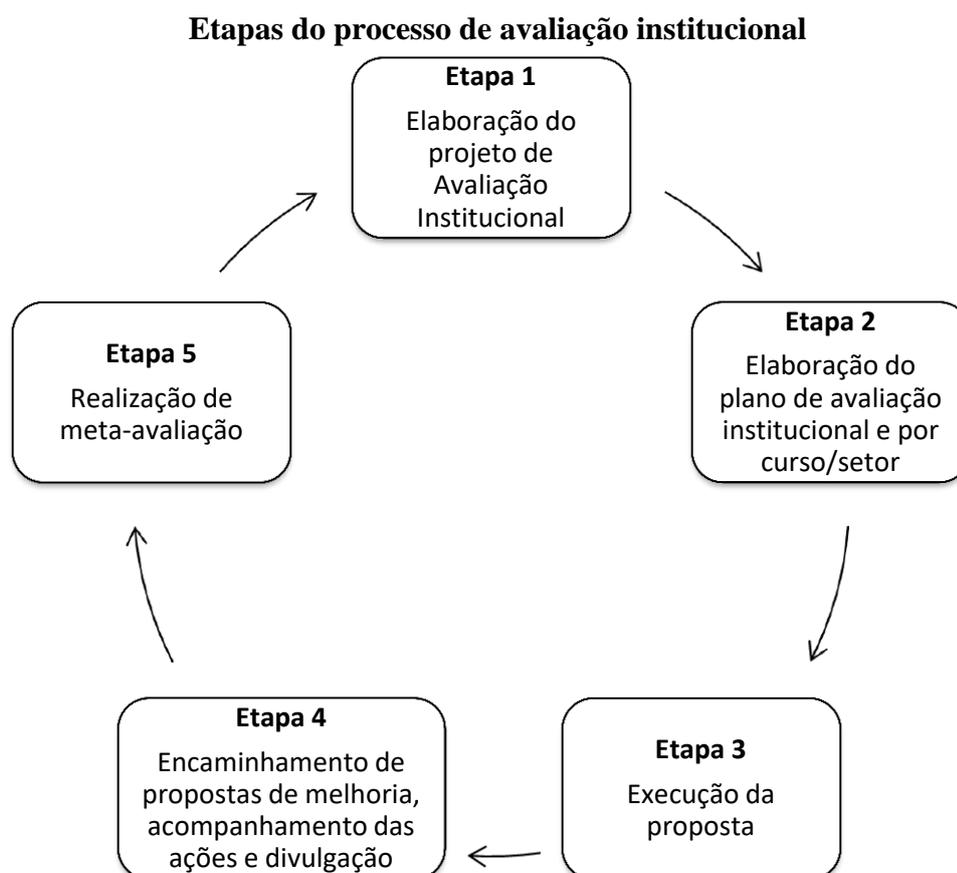


Figura 1: Esquema da ordem de realização das 5 etapas do processo de avaliação institucional da Faculdade Evangélica de Ceres.

8.1 Especificações das etapas do processo de avaliação institucional

Etapa 1 – Elaboração do projeto de Avaliação Institucional

- Realização do Seminário de Avaliação Institucional (anual).
- Definição de eixos, indicadores e dimensões a serem avaliados a cada semestre.
- Indicação dos possíveis instrumentos de coleta de dados.

O projeto de avaliação institucional trienal é elaborado com base nos resultados (fragilidades e planos de melhorias de cada curso da IES) apresentados nos Seminários de Avaliação Institucional. A construção deste relatório é realizada pela diretoria da CPA, assim como pelas contribuições dos representantes da mantenedora, dos docentes, técnicos administrados, dos discentes e da sociedade civil.

Na Faculdade Evangélica de Ceres são avaliados anualmente os itens definidos pela nota técnica 065 do SINAES (5 eixos e 10 dimensões), de modo que os mesmos são aplicados ao longo dos dois semestres letivos de cada ano. No início de cada triênio, após os *feedbacks* apresentados nos Seminários de Avaliação Institucional, a CPA define quais os eixos e dimensões serão consideradas a cada semestre, assim como os possíveis instrumentos de coleta de dados.

Etapa 2 – Elaboração do plano de avaliação institucional, dos cursos/setores

- Estabelecimento de objetivos, metas e prazos.
- Definição da metodologia (sujeitos, instrumentos de coletas de dados, análise dos dados).

O projeto de avaliação institucional constitui-se do plano de avaliação institucional, assim como do plano de avaliação de cada curso/setores da IES. São definidas as metodologias que serão empregadas, como o processo de seleção dos discentes, técnicos administrativos, docentes que serão convidados a realizarem a avaliação.

No plano de avaliação também estão disponíveis os instrumentos de coletas de dados e as formas de análises dos dados. Finalizado o plano de avaliação institucional, dos cursos/setores, este é encaminhado aos coordenadores de cursos, membros das SIAs para aprovação do mesmo. Em seguida, parte – se para o processo de execução das propostas dispostas no presente plano.

Etapa 3 – Execução das propostas

- Sensibilização da comunidade universitária.

- Disponibilização dos instrumentos de coleta de dados.
- Aplicação dos instrumentos de coleta de dados.
- Elaboração de relatórios, indicando potencialidades, fragilidades e propostas de melhoria.

As propostas presentes no plano de avaliação institucional, dos cursos/setores elaborados pela CPA são executadas de forma ordinária, conforme disponibilizadas no presente projeto. No entanto, caso surjam quaisquer demandas extraordinárias, as datas e propostas podem sofrer alterações, desde que os 5 eixos e 10 dimensões sejam avaliados dentro do ano letivo.

Para a que o processo de avaliação institucional seja realizado semestralmente, são realizadas ações de sensibilização da comunidade acadêmica, por meio dos Seminários de Avaliação Institucional, disponibilização de folders e cartazes. Nos Seminários de Avaliação Institucional são apresentadas as fragilidades elencadas pelos discentes e docentes de cada curso, os planos de melhorias, assim como as ações de melhorias que foram executadas com base nas demandas feitas pelos mesmos.

Dentro dos Seminários de Avaliação Institucional é reforçada a importância participação dos docentes e discentes, assim como do processo de avaliação de maneira não punitiva e sim como ação de autoconhecimento e para melhoria da IES. Além disso, no período do processo de avaliação institucional são afixados nos corredores da IES cartazes e folders no site institucional, informando sobre a importância e dos benefícios da avaliação da instituição.

A avaliação institucional da Faculdade Evangélica de Ceres realizada pelos discentes e docentes utiliza – se de *links* que são acessados nos computadores da IES ou por e-mail, respectivamente. Eles possuem os itens a serem avaliados de acordo com os eixos e dimensões previamente informados no plano de avaliação institucional e são disponibilizados aos responsáveis com antecedência para que possam ser instalados nos computadores ou encaminhados por e-mail. Os *links* contêm questões referentes a cada curso, turmas e a IES.

Para a avaliação institucional dos alunos, os membros das SIAs de cada curso devem seguir o roteiro de aplicação da avaliação institucional, de modo a fazerem as reservas dos laboratórios em dias e horários específicos, conforme horário de aula das turmas. Os discentes são encaminhados, pelos membros das SIAs, voluntariamente aos laboratórios de informática para preencherem os formulários e concluírem a avaliação. Para a avaliação institucional dos docentes, os coordenadores dos cursos encaminham os *links* para o e-mail dos professores,

solicitando que todos façam as devidas avaliações. A avaliação dos técnicos-administrativos é realizada durante o horário de trabalho, via questionário impresso.

Após a realização da avaliação das turmas dos cursos, os membros das SIAs, devem elaborar os relatórios de cada turma, contendo lista de frequência e fotos do momento do preenchimento dos formulários. Cada curso deverá produzir um relatório contendo os resultados das avaliações de cada curso, assim como elencar as potencialidades, fragilidades e respectivas propostas de melhorias. Estes relatórios serão enviados para a CPA em datas pré-definidas. Os resultados das avaliações dos docentes e dos técnicos-administrativos também são direcionados à CPA.

Etapa 4 – Encaminhamento de propostas de melhoria, acompanhamento das ações e divulgação dos resultados.

- Apresentação de relatórios à Diretoria da CPA.
- Encaminhamento dos relatórios à Direção da IES.
- Acompanhamento das ações de melhoria decorrentes da avaliação.
- Divulgação dos resultados.

Os relatórios produzidos pelas SIAs de cada curso são encaminhados para a diretoria da CPA, no qual todos serão reunidos, servindo para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional parcial e trienal e para o Plano de Melhorias Institucional. Tais documentos também são encaminhados para a direção da IES, a fim de se buscar implantar os planos de melhorias elaborados pelos membros das SIAs e acompanhar as ações de melhorias realizadas decorrentes do processo da avaliação institucional.

Após a elaboração do Plano de Melhorias Institucional é agendado novo Seminário de Avaliação Institucional, para divulgar publicamente os resultados do processo de avaliação à comunidade acadêmica. Os resultados são apresentados de maneira individual a cada curso, com intuito de que os docentes e discentes compreendam a sua participação no processo de avaliação, assim como nas melhorias que foram realizadas, assim como realizar a sensibilização para as novas avaliações institucionais.

Etapa 5 – Realização de meta-avaliação

- Revisão de relatórios.
- Identificação das ações de melhoria realizadas ou não.

- Apresentação de proposta de ajustes para o alcance dos objetivos definidos no projeto de avaliação institucional e no plano de avaliação da IES, dos cursos/setores.

Os relatórios de AutoAvaliação Institucional e o Plano de Melhorias Institucional são revisados pela CPA anualmente, no intuito de identificar as propostas de melhorias que foram implantadas totalmente, parcialmente ou não foram realizadas. Dessa forma, são apresentadas à direção da IES novas propostas que visem à execução das melhorias elencadas nos relatórios de avaliação.

9 COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS

A definição do instrumento de coleta de dados dependerá do universo a ser avaliado. Os dados poderão ser coletados por meio dos seguintes instrumentos:

- Formulários *online*
- Grupos focais
- Análise documental (documentos institucionais, relatórios do ENADE e de comissões de avaliação *in loco*)
- Entrevistas padronizadas ou estruturadas
- Instrumento de avaliação do INEP para avaliação de curso e de avaliação institucional externa

A tabulação dos dados será feita por meio de recursos computacionais que possam dar suporte à elaboração de índices e cálculos estatísticos, como por exemplo: tabelas, gráficos e quadros.

10 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

| Ano | Eixos | Dimensões | Responsáveis | Previsão de aplicação |
|------|-------|--|--------------|-----------------------|
| 2021 | 3 | 2: Políticas para o ensino | CPA | jun/21 |
| | | 9: Política de atendimento aos discentes | CPA | jun/21 |
| | 4 | 6: Organização e gestão da IES | CPA | jun/21 |
| | 5 | 7: Infraestrutura | CPA | jun/21 |
| | 2 | 1: Missão e PDI | CPA | dez/21 |
| | | 3: Responsabilidade social da IES | CPA | dez/21 |

| | | | | |
|--|---|--|---------|--------|
| | | 2: Políticas para o ensino | CPA | dez/21 |
| | | 2: Políticas para a extensão | CPA | dez/21 |
| | 3 | 2: Políticas para a pesquisa | CPA | dez/21 |
| | | 9: Política de atendimento aos discentes | CPA | dez/21 |
| 2022 | 3 | 2: Políticas para o ensino | CPA/SIA | mai/22 |
| | 4 | 6: Organização e gestão da IES | CPA/SIA | mai/22 |
| | 2 | 3: Responsabilidade social da IES | CPA/SIA | out/22 |
| | 3 | 2: Políticas para o ensino | CPA/SIA | out/22 |
| | | 2: Políticas para a extensão | CPA/SIA | out/22 |
| | | 2: Políticas para a pesquisa | CPA/SIA | out/22 |
| 4: Comunicação com a sociedade | | CPA/SIA | out/22 | |
| | | 9: Política de atendimento aos discentes | CPA/SIA | out/22 |
| 2023 | 1 | 8: Planejamento e avaliação | CPA/SIA | abr/23 |
| | 5 | 7: Infraestrutura | CPA/SIA | abr/23 |
| | 2 | 1: Missão e PDI | CPA/SIA | abr/23 |
| | | 3: Responsabilidade social da IES | CPA/SIA | abr/23 |
| | 4 | 5: Políticas de pessoal | CPA/SIA | abr/23 |
| | | 6: Organização e gestão da IES | CPA/SIA | abr/23 |
| | | 10: Sustentabilidade financeira | CPA/SIA | abr/23 |
| | 5 | 7: Infraestrutura | CPA/SIA | out/23 |
| | 3 | 2: Políticas para o ensino | CPA/SIA | out/23 |
| | | 2: Políticas para a extensão | CPA/SIA | out/23 |
| | | 2: Políticas para a pesquisa | CPA/SIA | out/23 |
| 4: Comunicação com a sociedade | | CPA/SIA | out/23 | |
| 9: Política de atendimento aos discentes | | CPA/SIA | out/23 | |

Os cursos são responsáveis por avaliar neste período (três anos):

- Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
- Corpo Docente.
- Corpo Discente.
- Corpo Técnico-Administrativo.

- Gestão.
- Infraestrutura.

No início do ano letivo, cada curso deve apresentar à CPA, o seu plano de autoavaliação contendo a descrição das ações e o cronograma. A avaliação dos setores administrativos da IES será de responsabilidade da CPA.

10 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

- **Cursos:** Os cursos devem entregar, anualmente, à CPA o relatório de autoavaliação, até o dia 30 de novembro. O relatório deve conter:
- **Ações Previstas e Realizadas** - Descrição da proposta de autoavaliação para o ano letivo em vigor (objetivo da autoavaliação).
- **Procedimentos de Avaliação (metodologia)** - Identificação dos sujeitos que participaram do processo, a amostra com bases nos relatórios de aplicação dos questionários e os instrumentos de avaliação.
- **Potencialidades de eixo e dimensão** - Descrição, com base nos dados da autoavaliação, dos pontos positivos do curso no indicador avaliado.
- **Fragilidades de cada eixo e dimensão** - Apresentação dos aspectos identificados pelos sujeitos da avaliação como pontos fracos no indicador avaliado.
- **Propostas de Melhoria de cada dimensão** - Apresentação das sugestões para superação das fragilidades e, se for o caso, de aperfeiçoamento das potencialidades, com base nos dados da autoavaliação.

CPA (Fonte: Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065)

O relatório da CPA seguirá o Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional descrito na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 09 de outubro de 2014 e deverá

conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

O relatório apresentará duas versões: parcial e integral. A versão parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados. A versão integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

O relatório será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos dois primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido na sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2022 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2023 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2024 – relatório integral

11 AVALIAÇÃO DO PROCESSO

A CPA deverá acompanhar continuamente todo o processo de avaliação institucional, com o objetivo de identificar os elementos que possibilitarão reformulações do próprio Projeto de Avaliação Institucional. Para tanto, há necessidade de estudos conceituais e empíricos sobre avaliação e seus impactos, estudos sobre as práticas de avaliação e metodologias adequadas, constituindo-se, assim, em uma área de pesquisa. A avaliação do processo será realizada por meio da análise dos relatórios apresentados pelos cursos e demais setores e pelo acompanhamento das ações propostas e realizadas em decorrência da avaliação.



Faculdade

EVANGÉLICA
DE CERES